



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 193/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 06/2025

QUADRO RESUMO

01 – CHAMAMENTO PÚBLICO nº 06/2025.

02 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

03 – ORGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Obras

04 – OBJETO: credenciamento de empresa do ramo da construção civil para elaboração de proposta junto à CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL visando viabilizar a execução do Programa Minha Casa Minha Vida, com recursos do FAR – FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL.

05 – MODO DE DISPUTA: aberto.

06 – VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 23.100.000,00 (vinte e três milhões e cem mil reais) - não haverá remuneração e/ou custo pro Município.

07 – REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global.

08 – DATA BASE DO ORÇAMENTO: agosto de 2025.

09 – AMOSTRA/PROVA DE CONCEITO: não será exigida.

10 – GARANTIA DE PROPOSTA: não exigida.

11 – ME/EPP/EQUIPARADAS: inexistem itens exclusivos para ME/EPP e EQUIPARADAS.

12 – PROGRAMA DE INTEGRIDADE: não exigida a implantação de programa.

13 – PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: 12 meses contados da assinatura do contrato.

14 – PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 15 dias úteis contados da ordem de serviços.

15 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO: técnica.

16 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS: até 3 dias úteis antes da data de apresentação das propostas.

17 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: até 23/10/2025, às 09h55min (horário de Brasília).

18 – ABERTURA DA SESSÃO: 23/10/2025, às 10:00 hs (horário de Brasília).

19 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br.

20 – AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Marciel de Paula Souza – agente de contratação; e-mail: licitacao@frutal.mg.gov.br - telefone: 34-3423.2800, endereço: Praça Dr. França – 100 – centro – Frutal/MG – CEP: 38.200-066;

21 – COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO: Luciano Paula dos Santos, Regina Carmélia de Oliveira e Carlos Eduardo de Oliveira Aires Junior; email: licitacao@frutal.mg.gov.br - telefone: 34-3423.2800, endereço: Praça Dr. França – 100 – centro – Frutal/MG – CEP: 38.200-066



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

22 - LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA: Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e Instruções Normativas da SEGES – Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

23 - INFORMAÇÕES: edital e anexos poderão ser obtidos gratuitamente nos sítios www.licitanet.com.br, <https://www.frutal.mg.gov.br>, www.gov.br/pncp/pt-br ou no setor de licitações, localizado no paço municipal ou via e-mail licitacao@frutal.mg.gov.br.

Frutal/MG, 25 de agosto de 2025.

Marciel de Paula Souza
Agente de contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO nº 06/2025 **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº** **193/2025**

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE FRUTAL**, com sede no Paço Municipal, localizado na Praça Dr. França – n. 100 - centro, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 18.449.132/0001-60, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Bruno Augusto de Jesus Ferreira, torna público que se encontra aberto o presente procedimento administrativo visando o **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO** de empresa do ramo de construção civil para elaboração de projetos e construção de 150 (cento e cinquenta) unidades habitacionais, tipo casa, padrão PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE (PSQ) PBQPH, do programa Minha Casa - Minha Vida (MCMV), faixa 1 – FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), de que trata a medida provisória MP n. 1.162/2023 e que será regido pelas Leis Federais n. 14.133/2021 e n. 14.620/2023, Decreto Federal n. 11.878/2024 e Portarias n. 724/2023, 725/2023, 488/2025 e 489/2025, todas do MINISTÉRIO DE ESTADO DAS CIDADES.

A sessão de processamento do credenciamento será realizada eletronicamente na Prefeitura Municipal de Frutal/MG, com sede na Praça Doutor França, nº 100, Centro, Frutal/MG, no **dia 23 de outubro de 2025, às 10h00min** e será conduzida pelo agente de contratação com auxílio da comissão de contratação, designados conforme Decreto Municipal n. 13.764/2025.

I - OBJETO

1.1. O presente procedimento tem por objeto o CHAMAMENTO PÚBLICO para selecionar e credenciar empresas do ramo de construção civil para manifestarem interesse na apresentação de proposta à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para elaboração de projetos e construção de 150 (cento e cinquenta) unidades habitacionais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

tipo casa, padrão PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE (PSQ) PBQPH, no âmbito das linhas de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas no Loteamento Universe Residence Plaza – LOTE A/QD 01 – LOTE B/QD 04 – LOTE C/QD 05 - LOTE D/QD 14 E LOTE E/QD 15 - com recursos do fundo de arrendamento residencial (FAR) e do fundo de desenvolvimento social, integrantes do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), faixa 1 – FAR, de que trata a medida provisória MP n. 1.162/2023, com o escopo de atender famílias de baixa renda do Município de Frutal, nos termos definidos neste edital e seus anexos.

1.2. Registra-se que o presente chamamento não trará quaisquer ônus para o MUNICÍPIO DE FRUTAL/MG e tão pouco resultará na contratação de empresa credenciada, pois se destina apenas à classificação para definir preferência em contratação, conforme critérios pré-determinados neste edital e no Programa Minha Casa – Minha Vida.

1.3. O projeto apresentado pela empresa deve atender regras e exigências estabelecidas no programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, assim como os termos da Lei Federal n. 14.620/2023 e Portarias n. 724.2023, 725/2023, 488/2025 e 489/2025, todas do MINISTÉRIO DE ESTADO DAS CIDADES e será submetido à avaliação da CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, de maneira que a empresa deve apresentar em seu “envelope proposta” todos os projetos, planilhas de preços - nos modelos adotados pela CEF (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL), documentos técnicos, comerciais e legais exigidos de acordo com as normativas da CEF.

1.4. A seleção das empresas participantes não implicará na sua contratação pelos agentes financeiros autorizados, o que dependerá de aprovação do agente financeiro, a depender de análises dos projetos, viabilidade comercial e atendimento às exigências do Programa Minha Casa Minha Vida.

1.5. Os valores estimados neste procedimento não se enquadram no previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar Federal n. 123/06, razão pela qual o objeto do chamamento NÃO CONSTITUI **COTA ÚNICA EXCLUSIVA**, ou seja, não é destinado à participação exclusiva das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Equiparados, ou seja, Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei Federal n. 11.488/07 e Empresários Individuais enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar Federal n. 123/2006, conforme disposto no artigo 48, I, também da Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

Complementar n° 123/2006, artigo este com redação dada pela Lei Complementar Federal n. 147/2014.

1.6. Os serviços objeto deste credenciamento não são divisíveis e, portanto, não se enquadram no previsto no inciso III do art. 48 da Lei Complementar Federal n. 123/06, razão pela qual o objeto do chamamento **NÃO CONSTITUI COTA RESERVADA de 25%**, ou seja, não há percentual destinado à participação exclusiva das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Equiparados, ou seja, Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei Federal n. 11.488/07 e Empresários Individuais enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar Federal n. 123/2006.

II – PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar no presente credenciamento as empresas do ramo de construção civil que preencham as exigências de habilitação e as condições estabelecidas neste edital e na Lei Federal n. 14.133/21 e que estiverem previamente credenciadas perante o provedor do sistema eletrônico da www.licitanet.com.br.

2.2. A participação da empresa no credenciamento eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Prefeitura de Frutal/MG (www.licitanet.com.br), através de manifestação de operador formalmente designado.

2.3. O acesso do operador ao credenciamento, para efeito de encaminhamento de documentos de habilitação e proposta técnica em nome do interessado, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a prefeitura, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor do chamamento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5. Caberá ao interessado acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o chamamento público e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.6. Caberá ao interessado comunicar, imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

2.7. Ao participar deste chamamento público/credenciamento, o interessado:

2.7.1. se responsabiliza, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor do chamamento/credenciamento, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.7.2. se responsabiliza em comunicar ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

2.8. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da “licitanet”, o interessado deverá utilizar o suporte técnico através do telefone (34) 2512-6500 ou através do e-mail: fornecedor@licitanet.com.br.

2.9. É de responsabilidade do cadastrado e de seu representante legal conferir no Sistema a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualizações.

2.10. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.11. Cada empresa credenciada poderá participar por meio de um único representante legal, devidamente cadastrado.

2.11.1. Entende-se por representante legal da empresa aquele a quem o contrato social/estatuto confere os poderes para representar a sociedade, inclusive no que se refere à outorga de procurações.

2.11.2. Na sessão os interessados poderão se fazer representar:

a) **diretamente** por um diretor ou um de seus sócios, proprietário ou dirigente com poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **indiretamente** por meio de:

b.1.) PROCURAÇÃO PARTICULAR, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência e COM FIRMA RECONHECIDA; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

b.2.) PROCURAÇÃO OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência e COM FIRMA RECONHECIDA; ou

b.3.) CARTA DE CREDENCIAMENTO específica, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência e COM FIRMA RECONHECIDA.

2.12. É vedado a qualquer pessoa física ou jurídica se cadastrar, no mesmo certame, como representante legal de mais de uma empresa, salvo nos casos de lotes/itens distintos.

2.13. O cadastro do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao chamamento público/credenciamento.

2.14. Será exigida dos interessados a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnico-financeira e regularidade fiscal.

2.15. Será vedada a participação, direta ou indireta, de empresa:

- a) com falência decretada ou concordatária, salvo se em recuperação judicial e, neste caso, deverá apresentar o plano de recuperação;
- b) descrita nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/21;
- c) descrita no caput, incisos e parágrafos do art. 14 da Lei n. 14.133/21;
- d) inidônea para licitar ou contratar, assim declarada pela União, ou por qualquer Estado ou por Municípios e aquelas impedidas ou suspensas de licitar ou contratar com o Município de Frutal/MG;
- e) cujo ramo de atividade não abranja construção civil;
- f) proibidas de contratar ou licitar com o Poder Público em virtude de condenação civil por ato de improbidade administrativa, constante no Conselho Nacional de Justiça;
- g) que não esteja legalmente constituída;
- h) que não satisfaça as exigências editalícias;
- i) que possua em seu quadro diretivo ou societário e/ou entre seus dirigentes e responsáveis técnicos:

i.1.) membro ou servidor do quadro de pessoal da prefeitura municipal de Frutal/MG;

i.2.) membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pela Prefeitura do Município de Frutal para prestação de serviços de gerenciamento e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

fiscalização ou outros cuja execução, concomitantemente com a do objeto deste Edital, possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;

i.3.) cônjuge, companheiro ou parente até 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade, de membros ou servidores da prefeitura do município de Frutal/MG;

i.4.) agente público da Prefeitura de Frutal/MG.

j) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do chamamento/credenciamento, impossibilitada de participar do procedimento público de seleção/credenciamento em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

k) pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observados os procedimentos administrativos para a apuração de infrações e para a aplicação de sanções administrativas previstas neste edital e na legislação vigente.

l) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função neste procedimento ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

m) controladora, controlada ou coligada, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

n) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

o) que não cumpra as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários;

p) que constitua entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil – OSC atuando nessa condição (TCU – Acórdão n. 2426/2020);

q) pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO

2.16. Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133/ 2021 e aquelas estabelecidas neste edital.

2.17. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente deste chamamento/credenciamento, assim como de integrar mais de um consórcio.

2.18. A empresa consorciada deverá entregar, junto com os documentos de habilitação:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital.

2.19. A empresa líder do consórcio será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio e deverá subscrever a proposta técnica, em nome do consórcio.

2.20. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de credenciamento, quanto na de execução do contrato.

2.21. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

2.22. O interessado vencedor consorciado é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 2.18 -“a”, que deverá prever:

2.22.1. Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto do credenciamento/chamamento;

2.22.2. Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação ao chamamento/credenciamento e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;

2.22.3. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimentos que vierem a ser contratados;

2.22.4. Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência de eventual contratação decorrentes deste chamamento;

2.22.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

2.22.6. Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto do chamamento, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.

2.23. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no procedimento de chamamento que originou o contrato.

2.24. A habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

2.25. O consórcio deverá ser formado exclusivamente por ME/EPP/EQUIPARADAS, exceto se não estiver participando deste certame nenhuma ME/EPP/EQUIPARADAS.

2.26. Em relação à habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os interessados individuais, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021.

PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

2.27. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar deste chamamento quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

- I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012 e a Lei Complementar nº 130/2009;
- II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- IV - o objeto do chamamento referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690/2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

MICROEMPRESAS E ASSEMELHADOS

2.28. Serão concedidos o tratamento e benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei Federal n. 14.133/21, ao microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar Federal n. 123/2006 e às equiparadas que comprovarem sua regular situação e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal n. 14.133/21.

2.28.1. Considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488/2007.

2.28.2. Para o exercício do direito de preferência, tratamento diferenciado e fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista, previstos neste edital, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, ou de sociedade cooperativa, ou de microempreendedor individual – MEI ou equiparada, no ato do cadastramento, deverão apresentar comprovante de tal enquadramento e obediência aos termos do art. 4º da Lei Federal n. 14.133/21 mediante prova documental produzida por todos os meios juridicamente idôneos.

2.29. Caso o valor estimado do presente chamamento/credenciamento seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não serão aplicadas as



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

disposições dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.30. A Administração Pública inabilitará, desclassificará ou rescindirá o contrato, conforme for o caso e de acordo com a fase procedimental em que se encontre este chamamento, quando evidenciada a ocorrência de quaisquer fatos ou circunstâncias descritas nesta cláusula.

2.31. A participação neste chamamento público implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; bem como a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

2.32. O interessado responde integralmente por todos os atos praticados por seus representantes devidamente credenciados neste chamamento público.

2.33. O envio da documentação de habilitação e proposta técnica vinculará o interessado ao cumprimento de todas condições e obrigações inerentes ao certame.

III – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação solicitados neste edital para esta etapa procedimental e o farão, **necessariamente, antes da data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

3.2. Para a inclusão dos documentos de habilitação, o representante da empresa interessada deverá aceitar eletronicamente:

a) o “**Termo de Credenciamento**” possibilitando à Administração conhecer qual representante está autorizado pelo interessado a participar do presente chamamento;

b) a “**Declaração de Habilitação**” informando que atende aos requisitos de habilitação exigidos no presente edital.

3.3. O interessado enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

3.3.1. O interessado que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotes exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

3.3.2. Para os fins do disposto no subitem 3.3. deste Edital, considera-se como “equiparada” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007.

3.4. As informações e/ou dúvidas de como incluir documentos, proposta técnica e participar do procedimento de chamamento público podem ser sanadas pelo telefone (34)2512-6500 ou através do e-mail: fornecedor@licitanet.com.br.

3.5. As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo telefone (34)2512-6500 ou através do e-mail: fornecedor@licitanet.com.br.

IV - FASE DE HABILITAÇÃO

4.1. Inicialmente o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no chamamento ou na futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

4.1.1. CCF: CADASTRO CENTRAL DE FORNECEDORES/CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL MUNICIPAL;

4.1.2. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) ;

4.1.2.1.) Nos termos do §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

4.1.2.2.) A consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU abrange o cadastro do CEIS e CNEP, assim como eventuais sanções aplicadas pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

própria Corte de Contas da União e aquelas contidas Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA).

4.1.3. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

4.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União: (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

4.1.5. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União: (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

4.1.6. Conselho Nacional de Justiça: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

4.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem será realizada em nome da empresa interessada e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.3. Constatada a existência de sanções, suspensões ou impedimentos, o interessado será reputado inabilitado por falta de condição de participação.

4.4. Caso o agente de contratação identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar os procedimentos administrativos para a apuração de infrações e para a aplicação de sanções administrativas, civis e penais e aquelas previstas no Decreto Municipal n.12.985/2024.

4.5. Superada a consulta de que trata o subitem deste Edital, os interessados deverão encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, E/OU NESTE EDITAL**, via sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.

4.5.1. Toda documentação deverá ser anexada via sistema eletrônico, podendo ser inserida lote a lote ou poderá selecionar a opção “marcar todos” para inserir a documentação toda.

4.5.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

em original, por cópia autenticada por tabelião de notas ou por declaração de autenticidade assinada por advogado.

4.5.3. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.6. O interessado poderá deixar de juntar os documentos abrangidos pelo Cadastro Central de Fornecedores da Prefeitura – CCF, cuja regularidade será verificada por meio do Certificado de Registro Cadastral/CERCA.

4.7. Caso faça uso da faculdade de que trata o subitem anterior, é dever do interessado atualizar previamente a documentação constante do CCF para que estejam vigentes na fase de habilitação e possam ser comprovadas pelo CERCA, ou encaminhar, no prazo previsto no subitem 4.5, a respectiva documentação atualizada, na forma do Decreto Municipal n. 13.025/2024.

4.8. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, serão exigidos do interessado os documentos que abaixo seguem, os quais deverão ser encaminhados na forma e prazo fixados neste edital.

4.8.1. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei Federal n. 14.133/2021)

4.9. Para fins de habilitação, os interessados deverão encaminhar, sob pena de eliminação automática, os seguintes documentos:

a) VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA da Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física não empresária;

b) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI

c) VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA do Registro Empresarial na Junta Comercial, no caso de empresa individual;

d) VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e perante o CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, acompanhado da última



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

alteração, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;

e) VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA do Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária e perante o CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, acompanhado da última alteração e de prova da diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

g) Prova documental de que a empresa participante aderiu ao PBQP – PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE PRODUTIVIDADE DO HABITAT;

h) Atestado/Certificado de Conformidade com o Sistema de Gestão da Qualidade PBQPH, informando o nível da empresa dentro do programa;

i) Alvará de funcionamento válido e em dia ou documento equivalente ou, ainda, comprovação de isenção do referido alvará;

j) Declaração que conhece o local e condições da obra.

4.10. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)

4.11. Para comprovação da qualificação técnica, a interessado deverá apresentar os documentos abaixo:

4.11.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente:

a) Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/ Conselho de Arquitetura e Urbanista – CAU atualizada, da Empresa e de seu(s) Responsável(is) Técnico(s).

a.1.) Dentre os responsáveis técnicos perante o CREA, deverá haver pelo menos 01 (um) engenheiro civil.

4.11.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional, pela empresa-interessado, de possuir em seu quadro permanente, **profissional de nível superior em engenharia civil e detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico), que comprove que ele tenha executado ou participado da elaboração de projetos de engenharia e serviços pertinentes e compatíveis com os constantes do objeto deste Edital.

4.11.3. Para comprovação da capacidade técnico-profissional a empresa participante também deverá comprovar que possui equipe profissional composta por no mínimo:

- a)** 01 (um) profissional com formação relacionada à Agrimensura e georreferenciamento com registro no respectivo órgão de classe;
- b)** 01 (um) profissional com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo com registro no respectivo órgão de classe.
- c)** 01 (um) profissional com formação em Engenharia Ambiental com registro no respectivo órgão de classe;

4.12. A demonstração da capacidade técnico-profissional da empresa participante deste chamamento far-se-á mediante a comprovação de existência de vínculo profissional entre ela e o profissional indicado em sua equipe, seja através de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

4.12.1. O contrato de trabalho deverá conter a assinatura das partes com firma reconhecida.

4.12.2. No caso do profissional – integrante da equipe da empresa – ser um de seus dirigentes ou integrante de seu quadro societário, a comprovação de seu vínculo deverá ser feita mediante apresentação de cópia da ata ou estatuto/contrato social, conforme for o caso, devidamente registrados na Junta Comercial competente, que comprove a investidura de tal dirigente.

4.13. A empresa interessada deverá comprovar que possui conceito de análise de risco de crédito favorável e vigente junto à Caixa Econômica Federal, expedido pela CEF com data não superior há a 60 (sessenta) dias corridos da data de apresentação da proposta.

4.14. Para fins de habilitação, a empresa participante deverá apresentar:

- a)** declaração formal de disponibilidade de máquinas, equipamentos e de equipe técnica qualificada, mínima, essencial e adequada para a execução do objeto deste chamamento e que estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação das



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

obras, inclusive sujeitos a vistoria do órgão contratante para sua aceitabilidade, por ocasião da contratação e sempre que necessário;

b) relação nominal, com qualificação e respectiva comprovação da formação dos profissionais;

c) declaração assinada pelo representante legal da empresa ou de seu procurador devidamente autorizado, autorizando a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL a fornecer a informação de conceito de análise de risco de crédito favorável para efeito deste chamamento público;

d) declaração informando o sistema construtivo que será utilizado, podendo optar por um dos seguintes sistemas:-

d.1.) sistema de paredes de concreto de acordo com NBR 16.055;

d.2.) sistema de alvenaria estrutural:

d.2.1) bloco de concreto;

d.2.2) bloco cerâmico.

d.3.) sistema convencional com alvenaria de tijolos comuns – estrutura de concreto armado feito no local.

e) Declaração da empresa de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste chamamento;

4.15. Comprovação de capacidade técnica-operacional da empresa participante de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazo com as constantes do objeto deste Edital, através de certidão (ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no(s) qual(s) se comprove a execução de serviços similares aos deste chamamento.

4.16. Comprovação através de ofício a ser expedido pela Caixa Econômica Federal da habilitação da empresa para operar com a mesma (análise de risco efetuada pela CEF - GERIC), com prazo de validade não expirado e que contenha a informação do rating (classificação);

4.17. Comprovação através de ofício a ser expedido pela Gerência Executiva de Habitação (Gihab) da Caixa Econômica Federal de que a empresa participante do chamamento já realizou a construção de imóveis residenciais dentro do **Programa Minha Casa Minha Vida** ou do **Programa Casa Verde Amarela**, informando a data de contratação, o número de unidades contratadas e a Cidade onde foram realizadas as obras, devidamente assinado por gerente ou cargo superior dentro da Gihab-CEF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

4.18. Os atestados de capacidade deverão ser impressos em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo e ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

4.19. A comprovação da capacidade técnica poderá ser feita pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões válidas quanto dispuser o interessado.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei n. 14.133/2021)

4.20. A empresa participante do chamamento público deverá apresentar:

4.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), sendo aceito documento extraído via *internet*, comprovando situação ativa e o ramo de atividade em construção civil;

4.20.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste chamamento;

4.20.3. VIA ORIGINAL da certidão conjunta negativa de débitos ou certidão conjunta positiva com efeitos negativos, obtida pela internet, perante:

a.) Fazenda Nacional, expedida pela Secretaria da Receita Federal (art. 195, § 3º, da CF e art. 47, inciso I, “a”, da Lei Federal 8.212/91) relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

a.1.) A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados. – Portaria MF 358/2014.

b.) Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado ou outra equivalente, na forma da lei, consistente na apresentação das certidões:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

b.1.) negativa ou positiva com efeitos negativos de débitos tributários inscritos na Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado/Procuradoria da Dívida Ativa;

b.2.) negativa ou positiva com efeitos negativos de débitos tributários não inscritos na Dívida Ativa do Estado, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado.

b.3.) ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do interessado, com FIRMA RECONHECIDA, sob as penas da lei.

c.) Fazenda Municipal consistente em Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Tributos Mobiliários da sede da empresa participante do chamamento.

4.20.4. VIA ORIGINAL de prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 27 da Lei Federal nº 8.036/90), expedido pela Caixa Econômica Federal – obtida via internet;

4.20.5. VIA ORIGINAL da certidão negativa de débitos trabalhistas expedida pelo Poder Judiciário – Justiça do Trabalho (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, nos Termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 – obtida via internet.

4.21. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, por ocasião da participação neste chamamento, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 44, da LC 123/06).

4.21.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de cinco dias úteis para a empresa apresentar as certidões negativas ou positivas com efeitos negativos exigidas, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a empresa for declarada vencedora do chamamento.

4.21.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito ao credenciamento, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º, da Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os interessados remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

4.21.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte que, na data da sessão de abertura, **apresentarem certidões com prazo de vigência vencido não farão jus ao benefício de que trata do artigo 44, da Lei Complementar Federal n.123/2006, ou seja, não terão o direito de abertura de prazo para apresentação de nova certidão.**

4.21.4. O direito de abertura de prazo de cinco dias úteis para empresa participante apresentar as certidões negativas ou positivas com efeitos negativos aplica-se apenas às MEs e EPPs que tenham apresentado certidão com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista cujo prazo de validade esteja em vigência na data da sessão de recebimento da documentação.

4.22. NÃO SERÃO ACEITAS quaisquer CERTIDÕES COM PRAZO DE VALIDADE VENCIDO, sejam elas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

4.23. A apresentação de certidões com prazo de vigência vencido importará na imediata inabilitação da empresa participante e impedirá a concessão dos benefícios do artigo 44, da Lei Federal n. 123/2006.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

4.24. Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do último exercício fiscal já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado pelo contador responsável, comprovado através de publicação ou devidamente arquivado em seus órgãos de competência, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso firme contrato com a CEF; VEDADA a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 meses da data da apresentação da proposta.

4.25. No caso de empresas constituídas no próprio exercício ou que não tenham demonstrações contábeis do último exercício social exigíveis, deverão apresentar “balanço de abertura” ou “balanço intermediário”, sendo este último previsto no art. 204 da Lei nº 6.404/76.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

4.26. No caso do interessado ser contribuinte com opção de Lucro Presumido ou enquadrado como Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica dispensada a apresentação do Balanço Patrimonial com as demonstrações contábeis, devendo, entretanto, apresentar cópia da Declaração de Renda – Pessoa Jurídica – na modalidade aprovada pela Receita Federal.

4.27. As Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia autenticada da publicação do balanço em diário oficial ou jornal de grande circulação, onde a empresa licitante está estabelecida.

4.28. O interessado deverá apresentar Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, relativa aos últimos 5 (cinco) anos, expedida pelo cartório distribuidor judicial da sede da empresa participante, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

4.28.1. Na hipótese da certidão de recuperação judicial for positiva ou caso a empresa participante tenha estado em regime de Concordata ou Recuperação Judicial, deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, prova de resolução judicial do processo (plano de recuperação judicial em vigor), emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega da proposta, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

4.29. Declaração do interessado que:

a) tem pleno conhecimento das informações contidas neste Edital e seus Anexos, de maneira que aceita e se submete, de forma integral e irretroatável, aos termos, condições, normas e anexos do presente chamamento público, bem como à observância das normas e regulamentos aplicáveis ao Programa Minha Casa Minha Vida e da legislação municipal aplicável;

b) atende aos requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

c) observa as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

- d)** cumpre os termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, isto é, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Lei n. 9.854/99 (art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021) e art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- e)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
- g)** inexistente impedimento legal, isto é, nunca foi declarada inidônea ou impedida de licitar ou contratar com o Poder Público por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, tendo em vista os incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/92 e Portaria CGU n. 516/2010;
- h)** é microempresa, empresa de pequeno porte ou microempresário individual beneficiário da Lei Federal n. 123/2006 (exigível apenas para MEs, EPPs e MEIs) – se for o caso;
- i)** não possui em seu quadro societário ou diretivo:-
- i.1.)** empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
 - i.2.)** servidor público da ativa;
 - i.3.)** membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pela Prefeitura de Frutal/MG para prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização de obras, ou outras cuja execução concomitante com a do objeto deste edital possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;
- j)** examinou Edital, Termo de Referência e demais anexo e constatou que eles contêm os dados necessários e suficientes à plena formalização da proposta técnica, não existindo nenhuma falha nos mesmos, concordando assim com estes documentos na sua íntegra;
- k)** no caso de empresas em recuperação judicial: declaração que está ciente de que no momento da assinatura do credenciamento e sob pena de perda de eventual direito ou expectativa de direito à contratação, deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador que a empresa participante está cumprindo o plano de recuperação judicial;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

l) no caso de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, não possui quaisquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

m) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

n) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

o) tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação;

p) concorda em compor o valor para a construção de cada unidade, onde estão inclusas todas despesas com projetos, materiais, mão-de-obra, despesas diretas e indiretas da obra, tributos, impostos e contribuições, encargos e obrigações trabalhistas, fretes, despesas de averbação das unidades, taxas da CEF, seguros obrigatórios e despesas com segurança e conservação após conclusão da obra até a efetiva entrega aos moradores.

p.1.) o valor será composto de acordo com o estabelecido na Tabela SINAPI com anuência da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e da PREFEITURA DE FRUTAL.

q) manifestação de interesse conforme modelo-sugestivo em anexo.

4.30. Sendo o interessado uma cooperativa, além das declarações do item anterior, deverá declarar que:

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) atua em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado;

d) o objeto do credenciamento está entre os constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

- 4.31.** A falsidade de qualquer declaração de que trata este edital sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no **art. 299 do Código Penal** e neste Edital.
- 4.32.** Na hipótese de não constar prazo de validade em eventuais certidões apresentadas, a Prefeitura Municipal de Frutal/MG aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 4.33.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- 4.34.** Se o interessado for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 4.35.** Serão aceitos registros de CNPJ de interessado matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 4.36.** Caso o interessado pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante deste credenciamento, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 4.37.** O agente de contratação ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos sites dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.
- 4.38.** Não se admitirá a inclusão de documentos ou informação que deveriam constar originariamente, exceto se em atendimento a diligência da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, nos termos autorizados neste edital.
- 4.39.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:
- 4.39.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos interessados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
 - 4.39.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 4.40.** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.40.1. Antes da sessão inaugural do credenciamento, verificada falha por parte do interessado acerca da juntada de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, o agente de contratação fica autorizado a realizar diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

4.40.2. A realização das diligências de que tratam este edital se dará mediante despacho fundamentado registrado em ata.

4.41. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo agente de contratação, sob pena de inabilitação.

4.42. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

4.43. Compete ao agente de contratação verificar e julgar as condições de habilitação dos participantes, oportunidade em que deverá promover:

I – a conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II – a emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo interessado.

4.43.1. A emissão de que trata o inciso II do subitem 4.42 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.

4.44. Quaisquer das circunstâncias a que se referem os subitens acima deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

4.45. Caso a emissão de novo documento indique a irregularidade fiscal e trabalhista do interessado na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

salvo na hipótese prevista neste Edital.

4.46. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

4.47. Na hipótese do interessado não atender às exigências para habilitação, ele será declarado inabilitado.

4.48. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, sempre que for inabilitada a proposta do provisoriamente vencedor e antes do(a) Agente de contratação(a) passar à subsequente, haverá nova verificação pelo sistema da eventual ocorrência do empate ficto, na forma dos subitens anteriores.

4.49. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do termo de credenciamento, porém será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados neste edital, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

4.49.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

4.49.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos interessados para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

4.50. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, bem como a adequação dos serviços às características descritas no termo de referência, o interessado será habilitado.

4.51. Após o encerramento da fase de habilitação, o agente de contratação disponibilizará no sistema os documentos da habilitação apresentados pelo interessado e aqueles oriundos das diligências promovidas em cumprimento aos subitens deste Edital.

4.52. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

as ocorrências relevantes.

4.53. Qualquer interessado poderá, **de forma imediata, após a declaração das empresas habilitadas, manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**

4.54. Após a declaração de habilitação, na própria sessão pública será concedido o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer interessado manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

4.55. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o quanto disposto neste Edital.

4.56. O agente de contratação, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise da documentação, devendo os interessados atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

4.57. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, e na hipótese da inexistência de recursos, será publicado o julgamento de habilitação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no **original ou em cópia autenticada por Tabelião de Notas**.

5.1.1. Em todas situações, a autenticação de cópia de documento só será dispensável se for possível a comparação entre a cópia e a via original pelo servidor público municipal (Lei Federal n. 13.726/2018).

5.1.2. Em todas situações, o reconhecimento de firma só será dispensável se o cidadão que assinou o documento estiver presente e apor novamente sua assinatura no referido documento na presença do funcionário público municipal durante a análise dos documentos (Lei Federal n. 13.726/2018).

5.2. O reconhecimento de firma também poderá ser feito por servidor mediante confrontação entre a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ficando a cargo da empresa participante os riscos de não ser possível este reconhecimento por semelhança ante a existência de qualquer diferença entre a assinatura aposta e aquela existente no documento de identificação do signatário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

5.3. A Comissão de Licitações da Prefeitura do Município de Frutal/MG/ poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais para dirimir dúvidas que, a seu exclusivo critério, venham a surgir no exame da documentação apresentada.

5.4. Nas declarações apresentadas pela licitante deverão constar a assinatura do responsável legal da empresa participante, com aposição do carimbo de identificação e firma reconhecida.

5.5. Os participantes que desejarem poderão se valer dos modelos de declarações constantes dos anexos.

5.6. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação;

5.7. A verificação será certificada pelo agente de contratação, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada;

5.7.1. A Prefeitura Municipal de Frutal/MG não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação.

5.7.2. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a interessado será inabilitada.

5.8. O Agente de Contratação e Comissão de Contratação promoverão o julgamento da habilitação dos interessados na sessão de processamento deste chamamento.

5.9. Caberá recurso da decisão que julgar habilitado ou inabilitado o proponente, no prazo recursal de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021 e nas cláusulas deste edital.

5.10. Encerrada a fase de habilitação, pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia dos participantes ao direito de recorrer, o Agente de Contratação lavrará ata circunstanciada e passará para a fase de análise das propostas técnicas.

VI – INCLUSÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1. Os interessados julgados habilitados encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, a proposta técnica e respectivos documentos para esta etapa procedimental, e o farão **no**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

prazo de 30 minutos após a comissão de licitação declarar quais empresas foram julgadas habilitadas.

6.1.1. Somente serão analisadas as propostas técnicas das empresas que forem declaradas habilitadas pela Comissão Permanente constituída para este fim.

6.2. Nesta fase os interessados também deverão apresentar os seguintes documentos:-

a) comprovação de que a empresa é detentora de certificação pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), com prazo de validade não expirado;

b) Comprovação através de ofício expedido pela Gerencia Executiva de Habitação (Gihab) e/ou Agência Empresarial da Caixa Econômica Federal, em nome do responsável técnico que faça parte do quadro social (como sócio, diretor ou proprietário) ou funcionário pertencente ao quadro técnico da empresa há mais de 12 (doze) meses, de que tenha realizado obras dentro do PMCMV ou Programa Casa Verde e Amarela nos últimos **10 (dez) anos**, informando a data de contratação, o número de unidades contratadas e a Cidade onde foi ou está sendo realizada a obra, devidamente assinado por gerente ou cargo superior dentro da Instituição Financeira;

6.3. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos interessados.

VII – JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

7.1. A classificação das empresas se dará de acordo com a maior pontuação obtida da somatória de pontos auferidos na avaliação dos critérios definidos no QUADRO DE PONTUAÇÃO PARA AVALIAÇÃO e segundo documentos apresentados, conforme abaixo fixados: -

AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS		
QUADRO DE PONTUAÇÃO		
ITEM	QUESITOS TÉCNICOS	PONTOS
01	TEMPO DE REGISTRO DA EMPRESA NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA ou no CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISTA – CAU.	
	há mais de 10 anos.	10
	há mais de 07 anos até 10 anos.	08



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

	há mais de 05 anos até 07 anos.	06
	há mais de 01 ano até 05 anos	04
	há 01 ano ou menos.	02

* a comprovação do tempo de registro se dará mediante certidão expedida pelo conselho regional competente ou por outro documento oficial comprobatório.
* pontos não cumulativos com outros níveis da mesma habilitação.

02	TEMPO DE REGISTRO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA ou no CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISTA – CAU.	
	há mais de 10 anos.	10
	há mais de 08 anos até 10 anos.	07
	há mais de 05 anos até 08 anos.	05
	há mais de 01 ano até 05 anos	03
	há 01 ano ou menos.	01

* a comprovação do tempo de registro se dará mediante certidão expedida pelo conselho regional competente ou por outro documento oficial comprobatório.
* pontos não cumulativos com outros níveis da mesma habilitação.

03	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS CONTRATADAS PELA EMPRESA DENTRO DO PROGRAMA FEDERAL “MINHA CASA MINHA VIDA” OU DO PROGRAMA FEDERAL “CASA VERDE E AMARELA”.	
	Até 30 unidades habitacionais.	03
	De 31 até 75 unidades habitacionais.	05
	De 76 até 110 unidades habitacionais.	07
	De 111 até 150 unidades habitacionais.	09
	De 151 até 200 unidades habitacionais.	11
	+ de 200 unidades.	13

* a comprovação do número de unidades habitacionais contratadas se fará através de ofício, declaração ou atestado expedido pela Gerência Executiva de Habitação (GIHAB) da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
* pontos não cumulativos com outros níveis da mesma habilitação.

04	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS CONTRATADAS PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA, DENTRO DO PROGRAMA FEDERAL “MINHA CASA MINHA VIDA” OU DO PROGRAMA FEDERAL “CASA VERDE E AMARELA”.	
	Até 30 unidades habitacionais	02
	De 31 até 75 unidades habitacionais	05
	De 76 até 110 unidades habitacionais	07



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

	De 111 até 150 unidades habitacionais	10
	De 151 até 200 unidades habitacionais	13
	+ de 200 unidades habitacionais	16
<p>* a comprovação do número de unidades habitacionais construídas pelo responsável técnico se fará através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que conste o nome do engenheiro devidamente registrada no CREA.</p> <p>* neste item não serão somadas a unidades habitacionais construídas pelo responsável técnico que já foram computadas na pontuação do item 03.</p> <p>* pontos não cumulativos com outros níveis da mesma habilitação.</p>		
05	NÚMERO DE CONTRATOS FIRMADOS ENTRE A EMPRESA E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL COM EXECUÇÃO FINALIZADA OU EM ANDAMENTO DE CASAS POPULARES.	
	01 contrato.	02
	02 contratos.	04
	03 contratos.	06
	04 contratos.	08
	05 contratos ou mais.	10
<p>* a comprovação do número de contratos firmados com a CEF se dará mediante apresentação do contrato devidamente assinado pelas partes ou através de certidão de acervo técnico devidamente registrada no CREA.</p> <p>* pontos não cumulativos com outros níveis da mesma habilitação.</p>		
06	CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA NO PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT – PBQP-H e na ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMALIZAÇÃO – ISO 9001.	
	PBQP-H	05
	PBQP-H Nível A	10
* pontos não cumulativos com outros níveis da mesma habilitação.		
07	HABILITAÇÃO PARA OPERAR COM A CEF – ANÁLISE DE RISCO (GERIC)	
	Rating A	10
	Rating B+ (BB)	08
	Rating B	06
	Rating C+ (CC)	04
	Rating C	02
* pontos não cumulativos com outros níveis da mesma habilitação.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

7.2. Serão desclassificadas as propostas técnicas que não atingirem a pontuação mínima de **17 (dezessete) pontos**.

7.3. As propostas técnicas serão classificadas em ordem decrescente e em função da pontuação obtida, sendo declarada vencedora deste chamamento a empresa que obtiver a maior pontuação.

7.4. Em caso de empate entre os proponentes, a classificação se fará pela maior pontuação obtida nos itens 03; persistindo o empate, o desempate se fará pela maior pontuação obtida no item 04; persistindo o empate será declarada vencedora a empresa sediada em Frutal/MG; persistindo o empate será realizado sorteio.

7.5. Por se tratar de CHAMAMENTO PÚBLICO, mesmo que exista apenas 01 (uma) empresa interessada em participar e desde que cumpridas as exigências contidas neste chamamento PÚBLICO e que consiga pontuação mínima **de 17 (dezessete) pontos** na avaliação técnica, a mesma será considerada vencedora e apta a contratar a obra a ser realizada.

7.6. Na eventualidade de não acudirem interessados ao certame, ou os interessados não sejam classificados, este procedimento de seleção poderá prorrogar-se por mais 15 (quinze) dias para atendimento de novos possíveis interessados, a critério exclusivo da Comissão de Licitações, obedecidas as exigências e condições dispostas neste instrumento.

7.7. A apresentação de proposta técnica implicará na plena aceitação, por parte do interessado, das condições estabelecidas neste Edital.

VIII – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento adotado é a **MELHOR TÉCNICA**, considerada esta aquela proposta técnica que receber maior pontuação.

8.2. Ao término do julgamento das propostas técnicas, será concedido na sessão pública o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer interessado manifeste, de forma imediata e em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer em face das decisões proferidas nessa fase processual, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, sob pena de preclusão.

8.3. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

IX – PROCEDIMENTO

9.2. A abertura do presente chamamento dar-se-á automaticamente ou por permissão do agente de contratação em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os interessados.

9.4. No caso de desconexão com o agente de contratação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos interessados para a recepção de dados e informações.

9.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor do chamamento.

9.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.7. Para os fins do disposto neste item, considera-se **vício sanável**, entre outros, as seguintes medidas:

I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos interessados;

II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - a atualização de documentos que tenham vencidos após a data de recebimento das propostas;

V – a juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio interessado; ou

VI – a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo interessado, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

9.8. Uma vez aberta a sessão pública não será aceita a retirada, desistência ou substituição da proposta técnica, cabendo ao interessado a responsabilidade civil e penal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

9.8.1. O interessado que retirar ou desistir de sua proposta ou de seu lance será punido na forma estabelecida neste edital.

9.9. Os interessados que acudirem ao presente certame devem atentar ao horário da sessão, ao prazo fixado para entrega da documentação, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.

X - RECURSO

10.1. Declarada a proposta técnica vencedora, inicia-se o prazo recursal de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

10.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

10.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

10.2.2. o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

10.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais interessados será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4. Os recursos e contrarrazões recursais deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico e devem estar devidamente assinados eletronicamente pelo representante legal com poderes para tanto no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor do interessado.

10.5. O recurso será dirigido ao agente de contratação ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo ou sem assinatura não serão conhecidos.

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo sobre o ato ou decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

10.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação tão somente dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. A ausência de manifestação imediata e motivada do interessado importará:

- a) a decadência do direito de recurso;
- b) a adjudicação do objeto do certame pelo agente de contratação à interessada vencedora; e
- c) o encaminhamento do processo ao Sr. Prefeito Municipal para a homologação.

10.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, será homologado o procedimento e seu resultado pelo Sr. Prefeito Municipal ou Secretário Municipal.

10.11. Não serão aceitos recursos, questionamentos, pedidos de esclarecimentos, reclamações, impugnações ou qualquer outra espécie de contestação aos atos praticados nesta licitação feitos por telefone ou enviados por fac-símile ou através dos Correios.

XI – ENCERRAMENTO E TERMO DE SELEÇÃO

11.1. Encerradas as fases de habilitação, o julgamento das propostas técnicas e esgotados os recursos administrativos, o agente de contratação deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar o chamamento por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;
- III - proceder à anulação do chamamento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV – homologar o resultado da seleção.

11.2. O procedimento de chamamento, acompanhado do relatório de que trata o subitem 10.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

11.3. Homologado o resultado do chamamento, o interessado mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o TERMO DE SELEÇÃO, cujo prazo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

vigência encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à seleção, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.4. Para fins de assinatura do termo de seleção, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.5. O TERMO DE SELEÇÃO poderá ser assinado eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor do interessado.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, a mesmo critério do Município, desde que seja requerido de forma motivada pela empresa selecionada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.6. O TERMO DE SELEÇÃO será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação.

11.7. Na hipótese do vencedor do chamamento se recusar a assinar o TERMO DE SELEÇÃO, será facultado à Administração:-

I - convocar os interessados remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o termo de seleção no prazo e condições estabelecidos;

II – revogar o chamamento público.

11.8. A recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido no subitem deste Edital caracterizará a conduta tipificada no inciso VI do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 e sujeitará a empresa à penalidade prevista no subitem deste Edital.

11.8.1. A regra do subitem 11.8. aplica-se aos interessados remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem 11.7.

11.9. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

XII – PROPOSTA

12.1. A empresa selecionada deverá apresentar à Caixa Econômica Federal, depois da emissão do termo de seleção, a proposta contendo a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito do Programa MINHA CASA MINHA VIDA, conforme prazo a ser especificado pela Caixa Econômica Federal.

12.2. Como condição para a contratação da operação, a empresa selecionada deverá obter conceito de análise de risco de crédito favorável junto a Caixa Econômica Federal, sob pena de desclassificação.

12.3. Findo o prazo estipulado no item 12.1 sem que a empresa tenha apresentado a documentação solicitada ou sem que a mesma tenha obtido o conceito de análise de risco de crédito favorável previsto no item 12.2, a critério do Município, o termo de seleção será considerado nulo, podendo ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo de seleção, e assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

12.4. A seleção realizada na forma preconizada neste edital de CHAMAMENTO PÚBLICO somente terá eficácia se for celebrado contrato no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida entre a Empresa selecionada, Caixa Econômica Federal e mutuário final, não cabendo ao Município ressarcir a empresa por qualquer valor despendido.

XIII - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. O interessado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste edital.

13.2. Comete infração administrativa o interessado que, com dolo ou culpa:

13.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o chamamento ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame (art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

13.2.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta (art. 155, V, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

d) deixar de apresentar documentos exigidos em diligência; ou

e) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

13.2.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

13.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o chamamento (art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

13.2.5. fraudar o chamamento público (art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

13.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar documento falsificado ou deteriorado;

13.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do chamamento (art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

13.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013 (art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

13.3. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos interessados e/ou adjudicatários as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 156.

13.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

Sanção de multa compensatória

13.4. A multa compensatória será aplicada nos percentuais abaixo estabelecidos: -

Infração (Subitens)	Percentual da multa
13.2.1. 13.2.2.	de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação
13.2.3.	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

13.2.4. 13.2.5. 13.2.6. 13.2.7. 13.2.8.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação
---	--

13.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município de Frutal, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério do interessado.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

13.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3, 3.2 a 3.4 e 4.4. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Frutal/MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme quadro abaixo.

Infração (Subitens)	Pena
13.2.1. 3.2. a 3.4 4.4. – alínea “b” 7.19 – alínea “c”	impedimento pelo período de até três meses.
13.2.2. 13.2.3.	impedimento pelo período de até quatro meses

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

13.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.2.4, 13.2.5, 13.2.6, 13.2.7 e 13.2.8, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
13.2.4. 13.2.7.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
13.2.5. 13.2.6. 13.2.8.	declaração de inidoneidade de até seis anos



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

13.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 12.6 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

13.7. A aplicação das sanções previstas neste edital pode ser cumulativa e não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados e tão pouco a obrigatória comunicação à Delegacia de Polícia local para apuração da conduta à luz do art. 299 do Código Penal.

XIV- IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa poderá, **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame,** impugnar edital do chamamento por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

14.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas **exclusivamente em campo próprio do Sistema Gestor de Compras – SGC.**

14.3. Compete ao agente de contratação receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

14.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação nos autos do processo de chamamento.

14.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

14.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XV- VISITA TÉCNICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

15.1. A visita técnica ao local da construção é facultativa ao interessado (não obrigatória) e poderá ser realizada pelo sócio-proprietário ou por profissional devidamente credenciado.

15.2. A visita técnica se realizará no período de 24/09/2025 a 22/10/2025, devendo ser agendada com antecedência no Departamento de Engenharia, pelo Telefone (34) - 3423-2884, no horário das 12:00 às 17:00 horas.

15.3. No horário marcado, um funcionário da Prefeitura Municipal estará à disposição dos interessados para atestar as visitas.

15.4. Cada técnico somente poderá representar uma empresa na visita técnica e deverá estar devidamente credenciado por ela, através de documento original, com firma reconhecida do representante legal da empresa, que deverá ser entregue no ato da visita ao Departamento de Licitação.

15.5. A empresa receberá Atestado de Visita Técnica, que será fornecido pelo Departamento de Obras e Serviços.

15.6. Não será fornecido atestado de visita técnica para empresa que descumprir quaisquer dos itens desta Cláusula.

15.7. Considerando que a visita ao local das obras não pode limitar a continuidade do interessado no credenciamento, bem como que o interessado pode avaliar, por sua conta e risco, se a vistoria é ou não necessária para formulação da proposta, não será exigida a apresentação de atestado de visita técnica para fins de habilitação.

15.8. O interessado que optar por não visitar o local, assume total responsabilidade e pleno conhecimento das condições necessárias à participação no credenciamento.

XVI – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

16.2. Toda documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível.

16.2.1. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

16.2.2. Ao participar do presente chamamento, os interessados assumem



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.

16.2.3. Caso o agente de contratação julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:

I - mediante apresentação de original perante o agente de contratação ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;

II – por meio de autenticação por cartório competente;

III – por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

IV – perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.

16.3. Para toda e qualquer situação e/ou exigência deste edital, o reconhecimento de firma só será dispensável:

16.3.1. se, assinado digitalmente, for possível aferir a autenticidade da assinatura eletrônica através de consulta ao respectivo certificado digital, ou ao QR-CODE (Quick-Response = resposta rápida) ou ao código de barras;

16.3.2. se for possível comparar a assinatura constante no documento com a assinatura depositada no documento de identificação (RG); ficando a cargo da interessado os riscos pela eventual ilegibilidade do documento e/ou impossibilidade de comparação (reconhecimento por semelhança);

16.3.3. será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

16.3.5. a interessado assume todos riscos e responsabilidades advindos da indisponibilidade do sistema e da consequente impossibilidade de aferição de autenticidade da assinatura digital.

16.4. Para toda e qualquer situação e/ou exigência deste edital, seja para fins de credenciamento, a autenticação de cópia de documento só será dispensável:

16.4.1. se for possível a comparação entre a cópia e a via original pelo servidor público municipal, nos termos da Lei Federal n. 13.726/2018;

16.4.2. se a autenticação for digital e, neste caso, se for possível a aferição do código de autenticação digital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

16.4.3. se for apresentada declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

16.4.4. a interessado assume todos riscos e responsabilidades advindos da indisponibilidade do sistema e da consequente impossibilidade de aferição do código de autenticação digital.

16.5. As declarações da empresa interessado solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, conforme Cadastro Central de Fornecedores do Município de Frutal/MG, não havendo a necessidade de autenticação do documento.

16.5.1. No caso de documentação assinada por procurador que não conste no Cadastro Central de Fornecedores do Município de Frutal/MG - CCF, o agente de contratação solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal do interessado, devidamente autenticado por cartório competente, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

16.6. As normas disciplinadoras deste chamamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do chamamento.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o procedimento de chamamento, prevalecerá as deste Edital.

16.10. As informações inerentes a este chamamento poderão ser obtidas, pelos interessados, no Departamento de Licitação, localizado na Praça Dr. França – n. 100 – centro, em Frutal/MG ou pelo telefone (34) 3423-2800, em dias úteis no horário das 12h às 18h ou pelo e-mail: licitacao@frutal.mg.gov.br.

16.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

16.11.1. A cópia do Edital e seus Anexos poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitação Municipal, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução proporcional ao número de cópias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

16.13. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:

I – Termo de Referência;

II – ETP (Estudo Técnico Preliminar);

III – LEI FEDERAL n. 10.188, de 12 de fevereiro de 2001 (PAR);

IV – PORTARIAS n. 724, n. 725 e n. 727, todas de 15/06/2023 do MINISTÉRIO DO ESTADO DAS CIDADES;

V – LEI FEDERAL n. 14.600/2023/2023;

VI – MEDIDA PROVISÓRIA n. 1.162/2023;

VII - PORTARIAS n. 488/2025 e n. 489/2025, ambas de 19/05/2025, do MINISTÉRIO DE ESTADO DAS CIDADES;

VIII – DECRETO FEDERAL n. 11.468;

IX – TERMO DE SELEÇÃO.

16.14. O Município poderá revogar o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, bem como decidir no tocante às dúvidas ou omissões, anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros.

16.15. A anulação do CHAMAMENTO PÚBLICO, por motivo de ilegalidade, não gera obrigações de indenizar, por parte do Município, ressalvado o disposto no artigo 149 da Lei Federal N.º 14.133/21.

16.16. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal N.º 14.133/21, cujas normas ficam incorporadas a este instrumento, independentemente de sua menção ou transcrição.

16.17. Fica eleito o foro da cidade de Frutal/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

Frutal/MG, 25 de agosto de 2025.

Marciel de Paula Souza

Agente de contratação

Luciano Paula dos Santos – Regina Carmelia de Oliveira -Carlos Eduardo de Oliveira
Ares Junior
(Equipe de Apoio)

PROCESSO Nº 193/2025 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2025

EXTRATO DE EDITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

Torna-se público que a Prefeitura de Frutal realizará licitação, conforme modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 13.601/2025 e demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	Chamamento Público
Apresentação de Proposta	Até 23/10/2025 às 9h55 (horário de Brasília)
Abertura da licitação	23/10/2025 às 10h00 (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	Técnica
Modo de Disputa	Aberto
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	Não haverá)
Permitida a participação de consórcio	Sim
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	Não
Valor Estimado da Contratação	R\$ 23.100.000,00 (vinte e três milhões e cem mil reais).
Sistema Eletrônico	www.licitanet.com.br
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	www.licitanet.com.br , https://www.frutal.mg.gov.br/ , https://www.gov.br/pncp/pt-br .
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	Em até 3 dias úteis antes da realização da sessão e poderão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Frutal/MG, estabelecido na Praça Dr. França, nº 100 – centro, Frutal/MG, CEP: 38.200-066, e pelo e-mail: licitacao@frutal.mg.gov.br , em dias normais de expediente, no horário das 8h30 às 11h e das 13h às 18h.